

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo

Rua Barão de Monjardim, 190, Centro – Vitória/ES – CEP: 29010-390 – Tel: 2121-2600

☎ 27 99311-0450 | www.sindprev-es.org.br | organizacao@sindprev-es.org.br | 📺 📱 📧 @sindpreves

Após intensas mobilizações, servidoras/es públicos federais conquistam reajuste salarial de 9%

Também foi conquistado o reajuste de 43,6% (R\$ 200) no auxílio-alimentação. Índices não repõem as perdas acumuladas, por isso a luta vai continuar



A vigília das entidades este ano, em Brasília, e a greve da categoria, em 2022, foram fundamentais para a conquista do reajuste

Após a intensa luta das entidades sindicais, entre elas a Fenasps e o Sindprev-ES, as/os servidoras/es públicos federais (SPFs) conquistaram o reajuste linear de 43,6% (R\$ 200) no auxílio-alimentação e de 9% no salário. Os novos valores começaram a ser pagos em maio e em junho, respectivamente.

O reajuste foi previsto no Termo de Acordo nº 1/2023, assinado, em março, pelas entidades sindicais que representam as/os servidoras/es e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). E é resultado de uma intensa e longa luta, iniciada em 2016, ano do último reajuste.

“Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, foram anos de congelamento salarial para servidoras e servidores da ativa, aposentados e pensionistas. De lá pra cá, houve pandemia, a inflação explodiu e perdemos poder de compra ano após ano. Apenas no governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, a inflação chegou a 26,93%. Mas mantivemos a luta, ano passado fizemos greve e conquistamos. É claro que esses índices não repõem as perdas salariais acumuladas. Por isso, chamamos esse reajuste de emergencial e seguiremos na luta para a campanha salarial de 2024,

em busca da recomposição total”, afirmou a diretora do Sindprev-ES, Marli Brigida.

Diálogo e negociação!

Outra conquista importante foi a reinstalação, em fevereiro, da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPN), que havia sido interrompida em 2016. Ela é importante para o diálogo e negociação com o governo federal.

A mobilização deste ano reivindicava o percentual de reajuste salarial emergencial de 26,94%. Na primeira rodada de negociação na MNPN, o governo propôs 7,8% de reajuste salarial. Na segunda mesa, as entidades reforçaram o percentual inicial de reivindicação. Na terceira mesa, foram propostos os 9% de reajuste salarial. A base do Sindprev-ES aprovou esse percentual, em assembleia geral, realizada no dia 16 de março.

Além das conquistas financeiras, o Termo de Acordo prevê que o governo se mobilize pela retirada da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, a Reforma Administrativa, da pauta do Congresso Nacional; a revisão das Instruções Normativas nº 2/2018 e nº 54/2021, que limitam a participação de servidoras/es em atividades sindicais e o direito de greve; e a retomada das Mesas Setoriais.

3 Confira mais informações sobre os reajustes e luta pela recomposição salarial

4 Sindprev-ES completa 35 anos em 2023 e prepara programação comemorativa

Encarte Especial Correção do Pasep, progressão de carreira, abono de permanência e mais

Sindprev-ES realiza reunião com o novo superintendente do MS no Estado

Aposentadoria especial das/os servidoras/es e abono de permanência estiveram na pauta, entre outros assuntos

O Sindprev-ES se reuniu com o novo superintendente Estadual do Ministério da Saúde no Espírito Santo, Luiz Carlos Reblin, em Vitória. Foram discutidos, entre outros assuntos, a aposentadoria especial das/os servidoras/es e o abono de permanência.

Participaram da reunião, que ocorreu em 6 de maio, os diretores Willian Aguiar e Francisco dos Santos Filho, o Chiquinho.

Sobre a aposentadoria especial e o abono de permanência, Willian destaca que foi apresentada a situação ao novo superintendente e solicitado um posicionamento sobre o assunto, bem como um encaminhamento a respeito do laudo de insalubridade das servidoras/es.

“A superintendência estava concedendo a aposentadoria especial, ou seja, estava reconhecendo o tempo especial dos servidores que pediram administrativamente, e também, reconhecendo e concedendo o abono de permanência e, consequentemente, aposentando as pessoas que tinham direito também. Mas, de um ano para cá, o Ministério da Saúde, em Brasília, suspendeu esse processo de reconhecimento do tempo especial. E destacamos com o Reblin o encaminhamento também decidido em Brasília, que orienta que os Estados façam o laudo de insalubridade dos servidores (o PPP). A gente cobrou que o setor, o SIASS, o setor em relação à saúde, dê encaminhamento a isso”, explicou Willian.

Ofício nº 07/2022

Na oportunidade, os diretores também discutiram o Ofício Circular nº 07/2022, emitido pelo superintendente anterior,



Diretores do Sindprev-ES Willian Aguiar (centro) e Chiquinho (esq.) durante a reunião com o superintendente do MS

que prevê o agendamento prévio para ser atendido pela seção da Gestão de Pessoas (SEGEP/ES) da superintendência.

O sindicato pediu providências, pois até a direção sindical tem que solicitar para entrar no prédio do MS no Estado. O superintendente informou que encontrará uma forma de resolver a questão sem penalizar as/os servidoras/es que atuam na superintendência e as/os que buscam atendimento.

Falta de servidoras/es

Willian também cobrou um posicionamento do superintendente sobre a falta de servidoras/es. “Em relação à falta de servidoras e servidores, cobramos do superintendente uma resposta dele sobre o problema, como ele irá trabalhar e qual a solução que ele dará para o problema”.

O novo superintendente assumiu o cargo em abril, e “por ter pouco tempo na superintendência”, pediu um prazo de 30 dias para dar retorno aos pedidos feitos pela direção do Sindprev-ES. Como não obteve resposta após o prazo solicitado, o sindicato enviou ofício, no final de junho, cobrando um retorno.

FENASPS repudia o assédio moral coletivo da DC a centenas de assistentes sociais do INSS de todo o Brasil!

Por meio de denúncias, a FENASPS tomou conhecimento de um e-mail institucional enviado por gestores da Direção Central (DC) do INSS às/aos assistentes sociais de todo Brasil.

O conteúdo do e-mail, com tom autoritário, expressa concretamente o assédio institucional vivenciado pelas trabalhadoras e trabalhadores do INSS, conforme as entidades representativas vêm denunciando sistematicamente nos últimos anos.

[...]

Ficamos estarecidos que, pela primeira vez na história, assistimos gestores do Serviço Social na Previdência utilizando o e-mail institucional com AMEAÇAS DE PROCESSO CRIMINAL, além de punição disciplinar, para centenas de assistentes sociais que se manifestaram por meio de um abaixo assinado, documento este construído pela base e que expressa a angústia vivenciada pela categoria nos últimos anos, solicitando mudan-

ças na condução de uma gestão que não dialoga efetivamente com a categoria profissional.

[...]

Assim, a FENASPS repudia a postura institucional autoritária e ameaçadora dos/as gestores/as da Direção Central às CENTENAS de assistentes sociais do Instituto, bem como orienta as/os servidoras/es a continuarem com o processo de mobilização em defesa do Serviço Social no INSS, por condições dignas de trabalho, pela jornada de 30 horas e pela defesa da Previdência Social pública, universal e de qualidade.

A FENASPS reafirma que estará junto com aqueles e aquelas que lutam por seus direitos e pela defesa do serviço público! Contra o assédio moral institucionalizado no INSS! Em defesa do Serviço Social e da Previdência Social pública!

*Confira a nota na íntegra no site www.sindprev-es.org.br.

Fonte: FENASPS.



Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo (SINDPREV-ES) | Edição: Diretoria do Sindprev-ES | Edição Nº 241

ENDEREÇO: Rua Barão de Monjardim, 190, Centro – Vitória - ES. CEP: 29.010-390 - Tels: (27) 2121-2600
☎ 27 99311-0450 | www.sindprev-es.org.br | organizacao@sindprev-es.org.br | [f](https://www.facebook.com/sindpreves) [i](https://www.instagram.com/sindpreves) [y](https://www.youtube.com/sindpreves) @sindpreves

O conteúdo dos textos publicados neste informativo é de inteira responsabilidade da diretoria executiva do Sindprev-ES. E os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores.

Confira mais informações sobre o reajuste salarial emergencial de 9%

Além das conquistas financeiras, o acordo prevê que o governo se mobilize pela retirada da proposta de Reforma Administrativa da pauta do Congresso Nacional, entre outras vitórias

Com a assinatura do Termo de Acordo nº 01/2023, as/os servidoras/es públicos federais da ativa, aposentadas/os e pensionistas tiveram um reajuste salarial emergencial linear de 9% este ano, que começou a ser pago em junho. O documento foi assinado pelas entidades sindicais que representam as/os servidoras/es e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

“O acordo é resultado da luta e das negociações das entidades, como a Fenasps. Nada vem de graça. Foram anos de luta, como a greve que fizemos em 2022, durante o governo Bolsonaro, ainda com pandemia. Ano passado também fizemos pressão no Congresso e no relator para ter recurso para o reajuste. E independente do governo que estiver no Planalto, vamos manter a mobilização e a luta, porque temos muita coisa para conquistar ainda”, garantiu o diretor do Sindprev-ES, Willian Aguiar.

Além do reajuste salarial, a luta da categoria conquistou o reajuste de 43,6% (R\$ 200) no auxílio-alimentação, que passou de R\$ 458 para R\$ 658, e foi pago no mês de maio de 2023.

Além das conquistas financeiras, o Termo de Acordo prevê que o governo se mobilize pela retirada da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, a Reforma Administrativa, da pauta do Congresso Nacional; a revisão das Instruções Normativas nº 2/2018 e nº 54/2021, que limitam a participação de servidoras/es em atividades sindicais e o direito de greve; e a retomada das Mesas Setoriais, para as discussões específicas das carreiras, em especial os pontos ainda pendentes do acordo de greve de 2022, como a reestruturação do VB do INSS, Comitê Gestor de Carreira, dentre outros.

• **Haverá retroatividade do reajuste emergencial? Será parcelado ou uma única vez?**

O reajuste salarial emergencial foi pago de uma única vez no mês de junho. Não haverá retroatividade, conforme o Termo de Acordo.

• **O reajuste emergencial vai incidir sobre todas as linhas do contracheque?**

O reajuste linear de 9% será na remuneração total dos Servidores Públicos Federais. No site do Sindprev-ES estão disponíveis as tabelas salariais com o reajuste. Acesse e confira.



Categoria em greve na luta pelo reajuste salarial, em 2022

- **O reajuste se aplica aos auxílios alimentação, saúde e creche?**
Não. O reajuste foi aplicado apenas sobre o auxílio-alimentação, que passou de R\$ 458,00 para R\$ 658,00.
- **Como ficam as/os aposentadas/os e pensionistas?**
As/Os aposentadas/os e pensionistas também receberão, nas pensões e aposentadorias, o reajuste de 9%, exceto o auxílio-alimentação.

Próximos passos

A luta pela recomposição das perdas salariais continua. Só de 2019 a 2022, a inflação chegou a quase 27%. As/Os servidoras/es públicos federais seguem com os salários defasados, já que a última recomposição havia sido feita em 2016. Agora, as/os servidoras/es estão mobilizadas/os na Campanha Salarial 2024. A articulação também é por isonomia dos benefícios (auxílios alimentação, transporte e creche) com os outros poderes, Judiciário e Legislativo, além do aumento do per capita patronal – parte do Governo no custeio das despesas –, dos planos de saúde da GEAP e Capesesp.

E a luta passa também por barrar a votação do Arcabouço Fiscal no Senado. A medida, já aprovada pela Câmara, prevê um teto de gastos brutal no orçamento do país, que coloca em risco novos reajustes para as/os trabalhadoras/es do funcionalismo federal e novos concursos públicos. As entidades que representam as/os servidoras/es públicos têm realizado o corpo a corpo com senadoras/es para apresentarem os riscos da nova medida fiscal.

Atualização cadastral obrigatória vai até 31 de julho

O prazo para a atualização cadastral obrigatória das/os servidoras/es públicas/os federais já começou. A validação dos dados pessoais e funcionais das/os servidoras/es é feita anualmente e deverá ser realizada até o dia 31 de julho de 2023.

Neste ano, todos/as os/as servidores/as deverão preencher a informação de cor/raça em suas atualizações cadastrais. De acordo com o MGI, a auto-declaração comporá a pasta funcional do/a servidor/a e não será divulgada nominalmente.

As atualizações devem ser feitas, exclusivamente, pelo aplicativo SOUGOV.BR ou em sua versão para web. Atente-se ao prazo e faça a atualização dos seus dados!



Sindprev-ES completa 35 anos de fundação em 2023

Diretoria do sindicato organiza programação comemorativa para relembrar lutas, conquistas e muito mais. Participe!



Em 1º de novembro de 2023, o Sindprev-ES completará 35 anos de existência! E a diretoria do sindicato está produzindo uma programação para relembrar a trajetória dessa entidade combativa, que representa as servidoras e os servidores do Seguro e da Seguridade Social no Estado do Espírito Santo.

“Temos muito orgulho da história do nosso sindicato, da história da nossa categoria. Sempre estivemos na luta em defesa do serviço público, da classe trabalhadora, da democracia e contra as opressões. E essa história merece ser lembrada e comemorada para nos fortalecer ainda mais, para os novos desafios que temos”, destacou o diretor do Sindprev, Willian Aguiar Martins.

Acompanhe pelas redes sociais, Facebook e Instagram (@sindpreves), e pelo site do Sindprev-ES: www.sindprev-es.org.br

Categoria aprova as contas do Sindprev referentes ao ano de 2022

No dia 13 de maio, o sindicato realizou a assembleia geral ordinária para apresentação, avaliação e aprovação do balanço financeiro e patrimonial de 2022.

Após a apresentação das contas e o momento para respostas às perguntas e dúvidas, a categoria votou e aprovou as contas do Sindprev-ES por unanimidade.

“Temos o compromisso com a transparência das nossas ações, e isso envolve a transparência financeira do sindicato, com a apresentação das contas para avaliação e aprovação da categoria”, destacou a coordenadora da Secretaria de Finanças do Sindprev-ES, Marli Brigida dos Reis.



Foto: Sérgio Cardoso.

Vem aí o XVI CONFENASPS!

De 26 a 29 de outubro de 2023, está previsto o 16º Congresso Nacional (Assembleia Geral) da FENASPS (XVI CONFENASPS). O evento será realizado no Centro de Convenções de Serra Negra, na cidade de Campinas, em São Paulo/SP.

A pauta prevista para o congresso conta com 01) Análise de conjuntura - internacional e nacional: crise econômica e as consequências para os/as trabalhadores/as; 02) Reorganização da estrutura sindical e os desafios dos impactos tecnológicos no mundo do trabalho; 03) As transformações nos processos de trabalho e as consequências para os/as servidores/as do Seguro, da Seguridade Social e da Anvisa; 04) A reorganização dos serviços públicos e os processos de negociações permanentes; 05) Saúde Suplementar - Auto Gestão - Geap - Capesaúde; 06) Os Fundos da Previdência: Funpresp e Fundação Vivaprev e as consequências na vida dos/as servidores/as públicos; 07) Balanço político do movimento sindical no último período de lutas; 08) Plano de lutas; 09) Alterações estatutárias e regimentais e 10) Eleição de Diretoria Colegiada a ser realizada no dia 29 de outubro, seguindo as normas do Estatuto e do Regimento Interno da FENASPS.

Sindicalizadas/os, agora é possível acessar a carteirinha do Sindprev-ES de forma online!

Basta acessar o site do sindicato (www.sindprev-es.org.br), clicar no banner em destaque e preencher os dados solicitados (CPF e data de nascimento).

A carteirinha permite comprovar que o/a servidor/a é sindicalizado/a à entidade. Dessa forma, conseguirá usufruir dos convênios e benefícios firmados pelo sindicato com instituições de ensino, áreas de lazer, entre outros.

Atenção! É possível que o cadastro de alguns sindicalizados esteja desatualizado (com a data de nascimento não registrada). Por isso, caso seja sindicalizado/a, tente acessar a carteirinha e não consiga, entre em contato com o Sindprev-ES pelo e-mail organizacao@sindprev-es.org.br ou pelo telefone (27) 2121-2604.

Decisão do STJ suspende ações sobre correção do Pasep

Suspensão é obstáculo à ação ingressada pelo Sindprev-ES, que busca o pagamento dos índices de correção adequados sobre os depósitos do Pasep, mas a luta vai continuar

Em decorrência de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em incidente de recurso repetitivo, todas as ações coletivas que tratam da correção dos depósitos do Pasep dos servidores públicos federais foram suspensas no país.

O sindicato ingressou com uma ação coletiva buscando o pagamento dos índices de correção adequados sobre os depósitos do Pasep, visando assegurar os direitos dos servidores. No entanto, a determinação do STJ impactou diretamente a tramitação desses processos em todo o Brasil.

“Essa suspensão representa um obstáculo temporário, porém o sindicato está atento e empenhado em encontrar alternativas legais para reverter essa situação. Continuaremos acompanhando de perto o desdobramento desse caso e forneceremos atualizações assim que houver novidades relevantes. Permaneceremos engajados em buscar a justiça e a valorização de nossa categoria”, informou o coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindprev-ES, José Carlos Candeias.



Sindprev na luta pela correção dos depósitos do Pasep das/os servidoras/es!

Intoxicação por metais pesados pode gerar reparação

Servidores públicos federais que tenham sido intoxicados com metais pesados e agrotóxicos possuem a possibilidade de buscar reparação judicial diante dos danos sofridos. Essa situação se baseia no direito à saúde e à integridade física garantido pela Constituição Federal.

A exposição a metais pesados, como chumbo, mercúrio e cádmio, assim como agrotóxicos, e organofosforados pode causar danos graves à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, incluindo problemas neurológicos, respiratórios, dermatológicos, entre outros.

Nesse sentido, se comprovada a relação entre a exposição e as intoxicações, os/as servidores/as têm o direito de buscar a responsabilização dos órgãos públicos ou empresas envolvidas, bem como a reparação pelos danos sofridos.

Para buscar essa reparação judicialmente, é necessário que o/a servidor/a afetado reúna evidências, como laudos médicos, exames laboratoriais e documentação que comprove a exposição aos agentes tóxicos no ambiente de trabalho. A busca por justiça envolve a apresentação de provas que demonstrem a relação de causalidade entre a exposição e as intoxicações. Com base nessas provas, é possível ingressar com uma ação judicial por danos morais e materiais.

“Estamos trabalhando para viabilizar um laboratório que faça esses exames para atender especificamente a categoria e, assim, encaminhar essa luta por reparação. Recomendamos que os afetados procurem a assessoria jurídica do sindicato para orientações específicas e adequadas a cada caso”, informou o diretor do Sindprev-ES, Willian Aguiar.

Abono de Permanência: Sindprev-ES ingressa com ação coletiva

O Sindprev-ES ingressou com uma ação coletiva em benefício dos servidores públicos federais. O objetivo é incluir o terço de férias e a gratificação de desempenho na base de cálculo do abono de permanência.

Essa medida visa garantir um benefício mais justo e adequado aos servidores. O sindicato acompanhará o andamento do processo e fornecerá atualizações à categoria.

Atenção! Suspender o pagamento do PSS é um grande erro. Cuidado!

Recentemente, muitos trabalhadores da categoria foram surpreendidos com a retirada das suas gratificações após a aposentadoria. Essas gratificações, que foram pagas durante o período em que o profissional ainda estava ativo, foram removidas do seu salário após a aposentadoria. Isso ocorre com aqueles que optam por ingressar com ação judicial para suspender o desconto da contribuição previdenciária (PSS) sobre as gratificações de produtividade (GDPST, GDASS) e a GACEN.

Ao vencer o processo, o servidor não terá mais a contribuição previdenciária descontada em seu contracheque sobre as gratificações. No entanto, ao deixar de contribuir com o PSS, as gratificações não serão incorporadas aos seus proventos de aposentadoria.

Para evitar situações como essa, busque assessoria jurídica junto ao Sindprev-ES. Não corra o risco de perder seus direitos na aposentadoria.

Progressão de carreira fora da lei? Servidores/as podem buscar seus direitos

Sindicato tem recebido relatos de que a administração pública federal tem realizado essa progressão de forma irregular, estendendo o prazo para 18 meses

Conforme estabelecido pela Lei 8.112/90, os servidores públicos federais têm o direito à progressão de carreira a cada 12 meses. No entanto, infelizmente, tem sido relatado que a administração pública federal tem realizado essa progressão de forma irregular, estendendo o prazo para 18 meses.

“Essa prática contraria a legislação vigente e prejudica os servidores, que têm o direito de progredir em suas carreiras de acordo com critérios e requisitos estabelecidos. A progressão adequada é fundamental para valorizar o trabalho e a dedicação dos servidores públicos, incentivando seu crescimento profissional e garantindo a justa remuneração de acordo com o tempo de serviço e a qualificação”, cobrou o coordenador

da Secretaria de Condições de Trabalho, Francisco dos Santos Filho, o Chiquinho.

Caso a progressão de carreira não seja realizada conforme determina a lei, os servidores podem buscar seus direitos junto à administração pública, por meio de recursos administrativos e até mesmo por vias judiciais. É importante que os servidores estejam cientes de seus direitos e estejam dispostos a lutar por sua aplicação correta.

O Sindprev-ES também ingressou com uma ação coletiva visando a obtenção da progressão de carreira a cada 12 meses, de acordo com a Lei 8.112/90, e manterá a categoria informada sobre o andamento do processo.

Vitória no processo de restituição do PSS sobre o Terço Constitucional de Férias (Ministério da Saúde e INSS)

A Justiça julgou procedente uma ação coletiva que pleiteava a restituição do Plano de Seguridade Social (PSS) descontado sobre o terço constitucional de férias dos servidores. A decisão transitou em julgado e agora o Sindprev-ES iniciará o processo de execução individualizada.

Os servidores que ainda não receberam este processo, mas

têm interesse em exercer esse direito, devem entrar em contato com o departamento jurídico do sindicato. Será necessário apresentar os seguintes documentos: identidade, CPF e comprovante de residência; fichas financeiras referentes ao período de 2002 a 2012 e kit jurídico preenchido e assinado. Em caso de dúvidas, entre em contato com o Sindprev-ES.

Sindprev-ES realiza atividade em Cachoeiro de Itapemirim com atendimento jurídico

Em fevereiro, o sindicato organizou uma importante atividade que reuniu filiados e diretores do Sindprev-ES, em Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado. Na pauta estavam as condições de trabalho e a luta por reajuste salarial.

Para João de Oliveira Brito, diretor do Sindprev-ES e coordenador da regional Sul do Estado, a atividade foi importante. “Estivemos juntos aos associados. Informamos sobre as reivindicações do sindicato e sobre as negociações que estamos voltando a ter com o governo. A participação dos associados é importante e gostaria de convocar a categoria para estar mais presente, discutindo mais. Os filiados estão afastados, acredito que por causa do último governo, que desestimulou muita gente, mas gostaríamos de ver mais participação da base filiada nos próximos encontros”, concluiu João.

Marli Brigida dos Reis, diretora do sindicato, também ressaltou pontos interessantes. “Conversamos sobre pautas específicas do INSS, da Saúde e do Trabalho e tivemos o atendimento jurídico, com exposição geral das nossas ações



coletivas e da situação da categoria, seguindo para o atendimento individual realizado pelo advogado. Foi um bate papo muito legal”, avaliou.

Acompanhe as redes sociais, Facebook e Instagram (@sindpreves), e o site do Sindprev-ES (www.sindprev-es.org.br) e participe das próximas reuniões

Marque um atendimento com os advogados do Sindprev-ES!

Os advogados do Sindprev-ES atendem a categoria, via agendamento, às terças-feiras, das 14 às 15h40, de forma presencial, na sede do sindicato, em Vitória.

Na quarta e quinta-feira, o atendimento é por telefone, também com agendamento, das 10 às 11h40.

Para agendar um atendimento, ligue para o sindicato pelo número

(27) 2121-2600, ou envie mensagem via whatsapp pelo número (27) 98128-8308. Nos dois casos, o agendamento funciona das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira.